

OS BENEFÍCIOS DO COMPLIANCE ALIADO AO CONTROLE INTERNO PARA A ORGANIZAÇÃO

THE BENEFITS OF COMPLIANCE ALLIED TO INTERNAL CONTROL FOR THE ORGANIZATION

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo principal analisar a influência do compliance, aliado ao controle interno, nas empresas, refletindo os benefícios da aplicabilidade dessa ferramenta na cultura organizacional a fim de evitar fraudes e até mesmo corrupção no meio organizacional. O tema em questão evidenciou a importância do compliance, juntamente, com o controle interno, na análise do nível de conhecimento dos procedimentos internos, sobre a ética, que auxilia na tomada de decisões e na sua rotina de trabalho. O estudo apresentou-se como uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica, sendo desenvolvido de acordo com relevância do estudo, com foco nas atribuições relacionadas à prevenção de fraudes. Entre as principais considerações a serem destacadas, pode-se destacar que as atividades resultantes da implantação de um código de conduta ética, por meio das ferramentas de controles internos, pelas áreas de compliance e de auditoria interna, possuem condições eficazes para minimizar as ocorrências de fraudes corporativas, bem como, a revisão permanente dos normativos e controles internos são alicerces funcionais no combate às fraudes corporativas.

Palavras-chave: Compliance. Controle interno. Auditoria. Ética.

ABSTRACT: The main objective of this study is to analyse the influence of compliance, combined with internal control, on companies, reflecting the benefits of the applicability of this tool in the organizational culture in order to avoid fraud and even corruption in the organizational environment. The theme in question highlighted the importance of compliance, together with internal control, in the analysis of the level of knowledge of internal procedures, about ethics, which helps in decision making and in your work routine. The study was presented as a descriptive, qualitative and bibliographic research, being developed according to the relevance of the study with a focus on attributions related to fraud prevention. Among the main considerations to be highlighted, it can be highlighted that the activities resulting from the implementation of a code of ethical conduct, through the tools of internal control, by the areas of compliance and internal audit, have effective conditions to minimize the occurrences of corporate fraud, as well as, the permanent review of the rules and internal controls are functional foundations in the fight against corporate fraud.

Keywords: Compliance. Internal control. Audit. Ethic.

CRISTIANE CORREIA DO NASCIMENTO

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

DÉBORA GONÇALVES DORNELES

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN.

ANDRÉIA MARIA DE MIRANDA

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás – UEG.
Pós-graduação *Latu Senso* em Análise e Auditoria Contábil pela UCG/PUC.
Especialista em Docência para Educação Profissional pela Faculdade SENAC-GO. Mestrado em Ciências Contábeis pela FUCAPE-ES.
Docente do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Alfredo Nasser.

E-mail:
andreiamiranda@unifan.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Não é rara a percepção de escândalos envolvendo fraudes e corrupção em organizações pública e privadas, e os motivos podem ser tanto éticos e culturais, acontecendo devido a um fraco controle interno, que cria um clima propício ao fraudador, fazendo com que o mesmo tenha êxito em suas ações ilícitas, sem ser descoberto. Assim, a escolha deste tema se deu devido às contribuições que o *compliance*, juntamente, com o controle interno, pode agregar na rotina diária do colaborador, tendo como finalidade, analisar o nível de conhecimento dos procedimentos internos, sobre a ética, que auxilia na tomada de decisões e na sua rotina de trabalho.

O aprimoramento da rotina de uma empresa pode trazer novos clientes e investidores, incorrendo ainda na segurança e clareza dos procedimentos realizados pela organização, para impossibilitar fraudes e equívocos, melhorar a qualidade e o fluxo das informações, obter maior confiabilidade, credibilidade e controle da execução das atividades desenvolvidas. Portanto, o estudo apresenta a seguinte problemática: como o *compliance* aliado ao controle interno poderá contribuir para a melhoria da cultura organizacional que resultará ao combate à fraude nas empresas?

Como objetivo geral da pesquisa busca-se analisar a influência do *compliance*, aliado ao controle interno, nas empresas. Apresentando ainda como os objetivos específicos, a análise da conceituação de *compliance* e do controle interno, com vistas, a verificar os benefícios da aplicabilidade dos mesmos na cultura organizacional a fim de evitar fraudes e passando credibilidade ao nome da organização.

A metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos no estudo teve embasamento bibliográfico, tendo em vista o levantamento de informações através de livros bibliográficos e demais documentos relacionados ao tema. Em relação à abordagem da pesquisa utilizou-se a pesquisa qualitativa, onde as informações adquiridas são apresentadas através de conceitos, ou seja, a identificação dos resultados resulta de caráter valorativo e não de caráter numérico. Quanto aos objetivos do estudo apresenta-se a pesquisa descritiva, tendo como objetivo maior a descrição de informações coletadas em livros e documentos relacionados ao tema, podendo ser determinadas, populações, fenômenos e até mesmo, relação de variáveis. Por fim, classifica-se a pesquisa como exploratória, sendo apontadas informações pertinentes ao tema proposto, com vistas a proporcionar maior familiaridade e visão holística do referido.

A organização do estudo está dividida em sessões. No primeiro momento, é delimitada a introdução da pesquisa, onde são apresentadas as principais informações sobre a organização lógica da pesquisa. Em seguida, é abordado o propósito do *compliance*, trazendo seu fundamento e sua aplicabilidade, evidenciando os benefícios de implementar o programa de *compliance* no ambiente corporativo, e ainda, apresentando o desenvolvimento do tema a partir do seu surgimento e sua importância. Posteriormente, tem-se a apresentação da metodologia utilizada na elaboração e fundamentação do estudo. Por fim, têm-se as considerações finais, onde são apresentadas as informações de fechamento do estudo.

2 DEBATE TEÓRICO

Este tópico objetiva manter uma relação teórica com os principais temas desta pesquisa. Assim, abordará os respectivos temas, programa de *compliance*, onde será abordado o controle interno, fazendo sua ligação com o combate à fraude.

1.1 COMPLIANCE

O *compliance* tem por missão adequar, fortalecer o funcionamento do sistema de controles interno, procurando mitigar os riscos, de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como, disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes. De acordo com Assis e Volpato (2018), a temática de *compliance*, embora seja conhecida dos profissionais que atuam com conformidade, controles internos e auditoria, ganhou destaque somente nos últimos anos, como consequência dos grandes escândalos que no Brasil e no mundo, envolvem a prática de corrupção.

Candeloro (2012) elucida sobre o termo enfatizando que o mesmo se refere a um conjunto de regras, padrões, procedimentos éticos e legais, que fundamentados e implementados, será o norte de orientação do comportamento da instituição. É um instrumento que possui a capacidade de controlar possíveis riscos sejam legal ou de imagem. Assim sendo, tem-se que o referido instrumento é de suma importância para as empresas que prezam pela eficiência e aumento de seus lucros de forma transparente e com base na ética e condições legais.

Dalla Porta (2011) destaca que o *compliance* é um mecanismo que tem a função de organizar as informações em meios adequados e eficientes de comunicação para facilitar o acesso de colaboradores a informações pertencentes à instituição. Se tornando assim uma ferramenta que direciona e difunde a cultura organizacional, estendendo-se a todos os níveis de

atividade da empresa, em prol da adesão de toda a organização às regras, bem como, à confecção de um código de conduta.

Coimbra e Manzi (2010) destacam que o programa de *compliance* tem que ser estruturado de forma a atender a realidade da organização, levando em conta suas circunstâncias específicas, tais como, cultura, tamanho, setor de atuação, atividade desenvolvida e local de operação. Segundo a visão de Giovanini (2014), um programa de *compliance* precisa de apoio para definir a forma como a empresa deseja atuar. Com base simples, fortes e abrangentes sem margem para dúvidas quanto à direção a ser seguida.

De acordo com a associação de banco FEBRABAN, *Compliance* como função dentro da empresa, deve ser independente e sua função tem como escopo:

- Leis - Cumprimento;
- Princípios Éticos e Normas de Conduta – Observância;
- Regulamentos e Normas – Aderência;
- Procedimentos e Controles internos – Observância;
- Sistema de Informações – Funcionalidade;
- Planos de Contingência – Efetividade;
- Segregação de Funções (FEBRABAN, 2009)

Assim sendo, compreende-se que para que a utilização do programa de *compliance* seja eficaz dentro da organização e que favoreça a qualidade das decisões, nem como, a redução do custo operacional, é preciso que a mesma disponha de uma boa governança, não se podendo falar, contudo, em governança corporativa, sem falar em ética, que é um dos pontos chaves da *compliance*.

1.1.1 Ética

A ética vem se destacando em diversas áreas da atividade humana, tanto no âmbito social, quanto no pessoal e profissional, sobretudo, no que tange à conduta ética. De acordo com Morin (2014), a ética possui dependência em condições da sociedade e da história para a sua construção, mas a decisão de ter uma conduta ética parte do indivíduo, uma vez que esse possui o poder da escolha.

O comportamento ético tem que ser inquestionável, o profissional deve saber respeitar as normas estabelecidas para os deveres, manter sigilo, ter conduta pessoal, serenidade, honra, dignidade, competência para fornecer informações seguras e confiáveis. Por essas razões, o assunto “Ética”, adquire enorme importância no contexto do mercado empresarial capitalista.

Considerando que ainda hoje, atitudes antiéticas no meio corporativo, continuam a ocorrer, a ética pode ser entendida como um ramo diretamente ligado às empresas e seus colaboradores. Tratando de um valor da organização que assegura sua sobrevivência, sua reputação e, conseqüentemente, seus bons resultados.

A empresa dos padrões éticos atuais não é apenas aquela que apresenta lucros, mas também, aquela que oferece um ambiente moral elevado, onde as pessoas podem desenvolver seus conhecimentos e também suas virtudes. Assim, para que as pessoas se sintam bem no ambiente em que trabalham, a transparência das atitudes, das comunicações e da maneira como os indivíduos se comportam no ambiente empresarial é fundamental. (BARROS, 2010).

Segundo Carvalho (2010), a ética é indispensável ao profissional, no ato de fazer, correspondendo à competência, eficiência e eficácia, impetra ainda, no agir, na conduta e posicionamento do profissional, estão esses, integrados ao conjunto de atitudes que o indivíduo deve assumir na execução de sua profissão.

A ética, condição necessária na ordem pessoal, também é condição de sobrevivência da sociedade. Sem ética, o convívio social torna-se insustentável. Sem confiança mútua, por exemplo, não se realizariam transações econômicas, nem haveria contratos. Ninguém empregaria, ninguém produziria, ninguém se associaria. Cada um viveria única e exclusivamente para si, cuidando dos próprios interesses. Como resultado, a sociedade ruiria, voltaria às cavernas. (ARRUDA, 2001, p. 149).

Para Jacomino (2000), a ética comportamental trata do ser ético em suas atitudes, a maioria das pessoas agem com honestidade para ter sua consciência tranquila ou tem medo das conseqüências, que podem resultar em atos ilegais ou contrários à ética. Uma vez definida e articulada a definição de ética, a identidade da organização torna-se a referência para a busca da mesma, com o auxílio da integridade.

1.1.2 Integridade

Para Lucas (2020) a integridade pressupõe que não há falhas de princípio, caráter ou valores. Assim como o frio é ausência de calor e a sombra é ausência de luz, pode-se dizer que a corrupção, a mentira, a escassez a falta de confiança, a degradação, entre outras mazelas, são apenas aspectos da ausência da integridade. Assim sendo, a integridade consiste em um valor fundamental, que não só orienta o programa de *compliance*, mas também, constitui a sua razão de ser.

1.2 CONTROLE INTERNO

O objetivo do controle interno é elaborar procedimentos adequados e bem definidos para organização, assegurando que as políticas existentes estão sendo seguidas pelos colaboradores.

O conceito de controle interno se relaciona diretamente com o verbo controlar. Sendo configurado, então, por fiscalizar através do monitoramento contínuo do desempenho da corporação, através da comparação dos resultados obtidos com aqueles esperados (FLORIANO e LOZECKYI, 2008).

A estruturação da área de controles internos, segundo Coimbra e Manzi (2010), apresenta os seguintes objetivos:

- otimizar os processos internos das organizações, com objetivos de buscar alternativas viáveis para a redução de custos e aumento de receitas;
- desenvolver e implantar processos, para atender aos objetivos de negócios da organização;
- adotar critérios de medição de resultados baseados em resultados concretos e na identificação de vantagens competitivas;
- avaliar o nível de exposição aos riscos dos processos e os respectivos controles existentes, apontando eventuais melhorias nos controles de forma que os riscos estejam devidamente minimizados e gerenciados; e
- racionalizar processos, visando eliminar eventuais duplicidades, retrabalhos e atividades improdutivas bem como oportunidades de automatização (COIMBRA et. al., 2010, p. 122).

Ainda ressaltando sobre o controle interno, Peixe (2008) diz que se trata de uma obrigação de determinar o que se pretende com alguns padrões já estabelecidos anteriormente, sabendo que se deve estar dispostos a prestar conta do que é feito, respondendo à todas as questões que julgam-se necessárias para o bom andamento organizacional. Assim, imposta salientar que em nada adianta uma empresa implantar um sistema de controle interno de excelência, sem que a mesma seja verificado e fiscalizado periodicamente. Várias são as ferramentas que podem ser utilizadas pelo controle interno a fim de reduzir os riscos operacionais, fraudes e erros dentro da organização, como por exemplo, a segregação de funções, que será abordada

1.3 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

Para Giovanini (2014) o primeiro passo para a delegação e divisão de tarefas consiste em identificar os limites, as virtudes e a qualificação individual dos membros do grupo e que,

quando da definição das responsabilidades é essencial avaliar se foram distribuídas de acordo com as possibilidades de cada um, se o liderado entendeu o seu papel, e, ao final, é fundamental supervisionar, na dosagem apropriada, conforme o grau de autonomia concedido a cada um.

Segregação de funções. Atribuir a pessoas diferentes as responsabilidades de autorizar e registrar transações, bem como manter a custódia dos ativos. A segregação de funções destina-se a reduzir as oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e de ocultar erros ou fraudes no curso normal das suas funções. (CFC, 2014, online)

Diminuindo assim, os riscos de fraude dentro da organização assegurando e confirmando a confiabilidade das informações inseridas e realizadas no contexto organizacional.

1.4 CONTROLE INTERNO X FRAUDE

A NBC TA 315 (R1) (2014) faz alguns apontamento sobre o controle interno tratando como referido como um processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados, com vistas a fornecer uma maior segurança em detrimento quanto à realização dos objetivos da empresa quanto à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis ao tema.

O estabelecimento de ferramentas que possibilitem a prevenção contra fraudes E de fundamentação importância para as empresas. Manzi (2008, p. 93) destaca que, os riscos operacionais podem derivar de fraudes internas, onde a fragilidade nos controles, e a falta de uma normatização dos procedimentos e dificulta o gerenciamento das atividades na instituição.

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários. O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários (CFC, 2003 *online*)

Ainda em considerando sobre o controle interno em relação à fraude, Santos (2011) destaca que não há como formalizá-la visto que a tendência é de que a fraude ocorra no interior das transações, com o objetivo de que a vítima perca o controle e seja enganada, assim, fazer uma conexão entre a moralidade e a ética organizacional é necessário, pois existem diversos

fatores como ganância, enganações sobre produtos e serviços, falta de qualidade, entre outros exemplos de dilemas éticos que causam consequências catastróficas tanto para organização quanto para o indivíduo e a sociedade.

1.5 AUDITORIA

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução nº 1.212/2009, o objetivo do auditor é identificar e avaliar os riscos de distorção abstraindo se a causa foi por fraude ou erro, nos níveis de demonstração contábil e afirmações, proporcionando uma base para o planejamento e a implementação das respostas aos riscos.

Attie (2010) destaca o surgimento da auditoria a partir da busca por controle, bem como, da confirmação de informações contábeis das organizações, garantindo ao governo, todas as informações necessárias sobre os registros contábeis das mesmas, garantindo ainda, um maior combate à sonegação de impostos.

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas. (ATTIE, 2010, p. 07).

Para Almeida (2010) a auditoria surgiu com a evolução do sistema capitalista, que trouxe a expansão do mercado. Com o crescimento das organizações surge a necessidade de demonstrações contábeis confiáveis, para que futuros investidores e acionistas tenham uma posição patrimonial e financeira correta. Nestes termos, a auditoria consta da avaliação de rotinas, de processos, de transações e ainda de operações de uma empresa, que através de procedimentos técnicos adquire a missão de emitir um relatório para adequação, de demonstrações e procedimentos.

1.5.1 Auditoria Interna

O papel da auditoria interna aplica-se nas rotinas e atividades detalhadas da empresa, realizada constantemente e relacionadas, de maneira intensa, com o andamento de cada função, área, departamento, setor e operação.

Para Crepaldi (2007) o conceito de auditoria interna deve incluir em seus mecanismos outras variáveis, como se verifica na sua definição, tais como, examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, financeiras e operacionais da entidade. Neste contexto, Pinheiro e Cunha (2003) comentam que a auditoria interna é aquela realizada por funcionários da empresa com independência, tendo como objetivo atender a administração da entidade na implementação e fiscalização das normas internas existentes, avaliando e melhorando com sugestões o controle interno.

O objetivo da auditoria interna é auxiliar todos os membros da administração no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas. O auditor interno interessa-se por qualquer fase das atividades do negócio em que possa ser útil à administração. Isto pressupõe sua incursão em campos além dos de contabilidade e finanças, a fim de obter uma visão completa das operações submetidas a exame (MARTINELLI, 2002, p.15)

Segundo a NBC TI 01 (2003) a atividade da auditoria interna está estruturada em procedimentos, técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, com finalidade de agregar valor ao resultado da organização, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

É importante destacar aqui, em considerando o estudo abordado, os 02 (dois) pontos elencados no Código de Ética e que são tratados como de fundamental importância pelo IIA em face da auditoria interna, são eles, os princípios e as regras de conduta. Segue algumas considerações destacada pelo Código e Ética quanto a esses princípio e regras de conduta:

Integridade: Deve ser um profissional que demonstre confiança e segurança nas informações fornecidas não deixando lacunas para dúvidas.

Objetividade: Não se deixar influenciar pelos interesses próprios de forma a ser preciso e coerente.

Confidencialidade: As informações colhidas não devem ser de nenhuma forma repassadas para terceiros, a não ser se solicitado de forma geral.

Competência: O auditor interno deve estar preparado para realizar a função com relação a estudos, vivência e habilidades (IIA GLOBAL, *online*).

Assim sendo, salienta-se que a auditoria interna infere em uma ferramenta de controle capaz de mensurar e avaliar os processos internos de uma empresa de forma eficaz, contribuindo para um assessoramento organizacional, com objetivos claros e previamente estabelecidos, com o fim de evitar fraudes e erros.

2 METODOLOGIA

O procedimento metodológico possui grande importância no desenvolvimento da pesquisa científica, no sentido de articular planos e estruturas, na obtenção de respostas para os problemas do estudo, assim, em conformidade com os objetivos traçados no estudo foi utilizada a princípio uma pesquisa a princípio a pesquisa descritiva, tendo como foco descrever as principais percepções e entendimento sobre o tema proposto.

A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. Não têm o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (VERGARA, 2000, p. 47).

Posteriormente, foi utilização da pesquisa bibliográfica, tendo o cunho de contribuir cultural ou cientificamente na identificação e determinação de um assunto, tema, ou ainda, problema que esteja sendo estudado.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Praticamente toda pesquisa acadêmica, requer o uso de pesquisa bibliográfica em algum momento do trabalho (GIL, 2010, p. 252).

Quanto à natureza da pesquisa tem se que a mesma trata de uma pesquisa qualitativa, não apresentando coleta de dados numéricos, tão pouco, tratamento delas por meio estatístico.

O uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos (GIL, 1999, p. 132).

Ressalta-se também, a inclusão de buscas fontes como, sítios eletrônicos de leis, artigos e demais documentos que giram em torno do tema, permitindo uma maior observância quanto os benefícios do *compliance* aliado ao controle interno para a organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo a identificação conceitual, distinção e a interação entre o sistema de *Compliance* e os Controles internos, que é algo novo dentro das empresas brasileiras, sendo o mesmo alcançado através de revisão da literatura publicada, entretanto, vale ressaltar que no Brasil à área de *compliance* possui ainda pouca visibilidade e uma literatura limitada a qual deve ser incentivada no viés do estudo científico.

As evidências mais importantes identificadas na construção deste estudo foi a íntima ligação existente entre o Controle Interno e o *Compliance*, o elo entre esses assuntos vai além ao que era esperado. Ambas utilizadas como ferramentas que direciona os esforços empresariais para alcançar seus objetivos empresariais.

A partir da análise dos diversos autores citados no estudo, é possível destacar que o *compliance* impulsiona a cultura da ética dentro da organização, trazendo para as empresas benefícios como, maior transparência, confiabilidade, menor propensão a desvios de conduta e relatórios financeiros mais confiáveis, a atenuação de eventuais sanções administrativas, proporcionando clima organizacional mais positivo.

Restou concluído que o programa de *compliance* apresenta-se como um mecanismo verdadeiramente capaz de aperfeiçoar o ambiente de trabalho, a partir da fixação da ética dentro do ambiente organizacional, Sendo importante ressaltar que não basta que um indivíduo seja ético e honesto, é preciso comprovar, evidenciando suas atividades, conhecendo todo o processo e seu conceito sua importância, para construir com uma base sólida e livre de quaisquer riscos e dúvidas das atividades realizadas dentro da organização.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. **Fundamentos da ética empresarial e econômica**. São Paulo – SP: Atlas, 2001.

ASSIS e VOLPATO, Helena Trevisan, **Compliance como implementar**. São Paulo: Trevisan, 2018.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: **Um Curso Moderno e Completo**: Textos. Exemplos e Exercícios Resolvidos. 7. ed. São Paulo: Atlas S.a., 2010.

ATTIE, W. **Auditoria**: Conceitos e Aplicações. 5. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2010.

BARROS, Maria Rosiane de Figueiredo. *A ética no exercício da profissão contábil*. 2010.

CANDELORO, Ana Paula P.; DE RIZZO, Maria Balbina Martins; PINHO, Vinícius. **Compliance 360º**: Riscos, estratégias, conflitos e vaidades no mundo corporativo. São Paulo: Trevisan Editora Universitária, p. 30-32, 2012.

CARVALHO, Débora. **Ética no trabalho, uma questão de responsabilidade**. 2010. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/etica-no-trabalho>>. Acesso em 13 de setembro de 2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: Teoria e Prática. 4.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

COIMBRA, Marcelo de A.; MANZI, Vanessa A. (org.). **Manual de compliance**: preservando a boa governança e a integridade das organizações. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TI 01**. Resolução do CFC nº. 986/03 Normas Brasileiras de Contabilidade da Auditoria Contábil. Disponível em: <https://www.cfc.org.br>. Acesso em: 15 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 11.04**. Aprova a NBC T 11.4 - Planejamento da Auditoria. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/> acesso em: 15 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TA 315 (R1)**. Dá nova redação à NBC TA 315 que dispõe sobre a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2014/NBCTA315. Acesso em: 15 out. 2020.

DALLA PORTA, Flaviano. **As diferenças entre auditoria interna e compliance**. Monografia (Pós Graduação em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Função de Compliance**. 2009. Disponível em: <http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FLORIANO, J.; LOZECKYI, J. A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial. UNICENTRO, **Revista Eletrônica Lato Sensu**, n. 5, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOVANINI, Wagner. **Compliance**: a excelência na prática. São Paulo: 2014.

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL – IIA – Normas Internacionais

para prática profissional de auditoria interna (Normas). Disponível em: www.iiabrasil.org.br acesso em: 01 nov. 2020.

JACOMINO, D. Você é um Profissional Ético? VOCÊ S/A. São Paulo; 2000. LUCAS, Luiz Fernando. **A era da integridade**. São Paulo: Gente, 2020.

MANZI, Vanessa A. **Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2008.

MORIN, Edgar. **O Método 6: Ética**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

PEIXE, Blênio César Severo. **Finanças públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

SANTOS, Renato de Almeida dos Santos. **Compliance como ferramenta de Mitigação de Prevenção da Fraude Organizacional**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

VERISSIMO, Carla. **Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINELLI Auditores. **Curso básico de auditoria interna**. Campinas: UNICAMP, 2002.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.